



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

DESPACHO

Campinas, 24 de setembro de 2025.

Processos: PMC.2025.00114645-02 e PMC.2025.00114653-12

Assunto: Sugestão de Instauração de Procedimento Investigatório Preliminar.

À Secretaria Municipal de Justiça
Sr. Secretário,

Vieram, por e-mail do remetente “**Sociedade Atenta**” intitulado IRREGULARIDADES PRATICADAS _ COORDENADORIA DE NUTRIÇÃO _NAS LICITAÇÕES DE MERENDA ESCOLAR EM NOSSA CAMPINAS, novas notícias de supostas irregularidades em procedimentos licitatórios para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, agora envolvendo o **Pregão Eletrônico nº 121/2025** (Processo Administrativo **PMC.2024.00108872-64**), cujo objeto é o Registro de Preços de gêneros alimentícios (cortes de peito de frango e acém bovino), conforme e-mail anexo (DOC).

Dessa forma, cabe a esta Pasta recomendar:

1º) a **inclusão de tal licitação (Pregão Eletrônico nº 121/2025) no rol de processos a serem examinados no Procedimento de Investigação Preliminar** destinado à averiguação de indícios de autoria e materialidade de todo e qualquer fato que possa acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e

2º) a **avaliação da instauração de Auditoria Extraordinária** a ser empreendida **por esta Secretaria Municipal de Gestão e Controle**, mediante eventual **prévia aprovação do Chefe do Poder Executivo**, nos termos do art. 25, inciso II e parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2018 e do art. 2º, inciso XIV e art. 20 do Decreto Municipal nº 20.121/2018, este último abaixo transcrito:

Art. 20. As auditorias que integrarão o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) **classificam-se em ordinárias e extraordinárias**, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar nº 202, de 25 de junho de 2018.

§ 1º As auditorias ordinárias serão definidas pelo Departamento de Auditoria Interna, observando-se critérios objetivos.

§ 2º **As auditorias extraordinárias, podem ser demandadas pelo Chefe do Executivo, em virtude de seu interesse, ou originar-se em órgãos da Administração Municipal, devendo, nesta segunda hipótese, serem previamente autorizadas pelo Chefe do Executivo.**

§ 3º **As auditorias extraordinárias serão solicitadas por meio de ofício específico, endereçado ao Diretor de Auditoria Interna, contendo a fundamentação e a indicação da razão do pedido de auditoria, a especificação e a abrangência do objeto a ser auditado, assim como a sua finalidade.**

§ 4º O Diretor de Auditoria Interna analisará os pedidos de auditorias extraordinárias, observando o planejamento anual de auditoria em andamento e a disponibilidade de sua equipe técnica, e se manifestará quanto à possibilidade e momento de sua realização.

§ 5º **A manifestação do Diretor de Auditoria será encaminhada ao Secretário de Gestão e Controle e submetida à aprovação do Chefe do Executivo.** Se aprovada a realização da auditoria extraordinária, será integrada ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) indicado na autorização exarada.

§ 6º **Na hipótese de necessidade, devidamente justificada, da auditoria extraordinária integrar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) em andamento, poderá haver revisão das atividades já previstas e nele constantes,** com consequente exclusão de atividades e auditorias, caso não exista capacidade operacional para sua realização.

§ 7º A revisão do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) de que trata o § 6º deste artigo deverá ser expressamente autorizada pelo Chefe do Executivo e publicada no Portal da Transparência do Município.

§ 8º **As auditorias realizadas pelo Departamento de Auditoria não disporão de caráter punitivo e nem investigativo de fatos e/ou de conduta funcional.**

A Auditoria Extraordinária, se autorizada, versará, por amostragem, sobre gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, objetos de licitações não abrangidas nas denúncias recebidas.

À consideração de V. Sa., com registro de nosso respeitoso apreço.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 24/09/2025, às 16:09, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 24/09/2025, às 16:12, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16282323** e o código CRC **60324CC1**.